



Simulado Final

MP PB

Cargo: Técnico Ministerial
Sem Especialidade

Pós-Edital

Simulado

Simulado MP PB Técnico Ministerial (Sem Especialidade)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso MP PB Técnico Ministerial (Sem Especialidade);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-MP-PB-13-05>

01 - ABCDE	13 - ABCDE	25 - ABCDE	37 - ABCDE	49 - ABCDE
02 - ABCDE	14 - ABCDE	26 - ABCDE	38 - ABCDE	50 - ABCDE
03 - ABCDE	15 - ABCDE	27 - ABCDE	39 - ABCDE	51 - ABCDE
04 - ABCDE	16 - ABCDE	28 - ABCDE	40 - ABCDE	52 - ABCDE
05 - ABCDE	17 - ABCDE	29 - ABCDE	41 - ABCDE	53 - ABCDE
06 - ABCDE	18 - ABCDE	30 - ABCDE	42 - ABCDE	54 - ABCDE
07 - ABCDE	19 - ABCDE	31 - ABCDE	43 - ABCDE	55 - ABCDE
08 - ABCDE	20 - ABCDE	32 - ABCDE	44 - ABCDE	56 - ABCDE
09 - ABCDE	21 - ABCDE	33 - ABCDE	45 - ABCDE	57 - ABCDE
10 - ABCDE	22 - ABCDE	34 - ABCDE	46 - ABCDE	58 - ABCDE
11 - ABCDE	23 - ABCDE	35 - ABCDE	47 - ABCDE	59 - ABCDE
12 - ABCDE	24 - ABCDE	36 - ABCDE	48 - ABCDE	60 - ABCDE

LÍNGUA PORTUGUESA*Adriana Figueiredo***A formação da cidadania**

Em todas as manifestações de caráter social, político e econômico, da mais inconsequente opção (pessoal) às mais sérias decisões do governo, o ser humano é guiado por dois comportamentos básicos: pensar e agir, de acordo com os conhecimentos disponíveis. (....)

A interação contínua entre pensamento e ação permite ao homem tomar decisões, tanto as de natureza particular – como a escolha de um curso ou profissão ou a compra de um par de sapatos -, quanto as que terão consequências coletivas, como a eleição de governantes ou a participação em manifestações públicas. Portanto, de modo geral, as decisões não são arbitrárias. Não importa o grau de consciência política que o indivíduo possui, ou a massa de conhecimentos de que ele dispõe sobre uma questão: há sempre uma dose de reflexão em cada um dos seus atos.

É fácil de constatar que as ideias, as opiniões, as atitudes e as ações não seguem um esquema simples, mecanicista e uniforme, pois as diferentes preocupações que atormentam o homem se embaralham e se cruzam a cada instante e às vezes se chocam. É como se todas as provas automobilísticas do mundo fossem disputadas ao mesmo tempo no mesmo autódromo.

A formação do cidadão consiste em capacitá-lo a pôr ordem nesse processo, que se desenvolve ao seu redor e sempre explode dentro dele. A principal contribuição formativa da educação é a de atuar sobre esse mecanismo mental decisório e ajustá-lo o mais corretamente possível, equilibrando os conhecimentos, as habilidades e as atitudes segundo padrões éticos, morais e outros, válidos para todos ou para a maioria das pessoas.

Não existe um método infalível para que alguém possa chegar, sempre, às melhores decisões sobre todas as coisas, mas pode-se melhorar a capacidade de raciocínio com a prática, o estudo, a crítica, a reflexão. O grande objetivo, que mais parece um ideal inatingível, é conseguir que cada indivíduo se torne autônomo, isto é, que seja capaz de decidir por si mesmo, não se sujeitando a interferências ou pressões externas. É o caminho que levará à formação de cidadãos conscientes. É o caminho que devemos construir.

(Martinez, Paulo. *Direitos de cidadania – um lugar ao sol*. ADAPTADO)

01. A temática central do texto I pode ser compreendida como

- a) a importância coletiva na escolha de seus representantes
- b) o papel da escola na formação cidadã
- c) a necessidade de reflexão sobre atos e escolhas
- d) a formação do cidadão consciente.
- e) o processo individual de manifestação social

02. Segundo as ideias veiculadas no texto I,

- a) O indivíduo deve balizar suas ações a partir de sua consciência individual.
- b) As ações individuais podem ser arbitrárias quando não se pensa antes de manifestar-se.
- c) A autonomia vai de encontro à ideia de formação do cidadão consciente.
- d) a principal função da educação na formação do indivíduo é o ajuste da relação entre pensamento e ação.
- e) As manifestações humanas resultam exclusivamente de dois fatores: o pensar e o agir.

03. Seria preservada a correção gramatical e o sentido original do texto I caso o vocábulo destacado em "processo, que se desenvolve ao seu redor e sempre explode dentro dele" (4º parágrafo) fosse substituído por

- a) embora
- b) mas
- c) portanto
- d) mas também
- e) porquanto

04. O trecho "conhecimentos de que ele dispõe sobre uma questão" (2º parágrafo) pode ser reescrito, mantendo-se a correção gramatical e o sentido original do texto, da seguinte forma:

- a) conhecimentos de que ele tem sobre uma questão
- b) conhecimentos de cujo usufrui sobre uma questão
- c) conhecimentos que ele dispõe sobre uma questão
- d) conhecimentos de que ele utiliza sobre uma questão
- e) conhecimentos que ele possui sobre uma questão

TEXTO II

Distribuição de renda é alçada a prioridade

O estímulo do crescimento do consumo interno e a redução da crescente desigualdade estão entre as principais metas econômicas da China para os próximos cinco anos, segundo o plano nacional aprovado pelo Partido Comunista.

"A participação da renda pessoal na distribuição da renda nacional deve ser aumentada, e a participação da remuneração do trabalho na distribuição primária também deve ser elevada", diz o comunicado de ontem.

O texto fala ainda em "relações de trabalho harmoniosas" e em criar "mecanismos para expandir o consumo doméstico".

"A grande diferença do décimo segundo Plano Quinquenal é que os planos anteriores se baseavam principalmente em criar um país rico, enquanto este enfatiza a criação de riqueza para a população", afirmou Yang Weiming, vice-secretário-geral do Comitê de Desenvolvimento Nacional e Reforma, à imprensa estatal chinesa.

Apesar do elevado crescimento das últimas três décadas ter tirado 500 milhões de pessoas da pobreza, a segunda maior economia do mundo ficou bem mais desigual.

Um estudo do Centro de Distribuição de Renda e Pobreza da Universidade Normal de Pequim mostra que os 10% mais ricos ganharam 23 vezes mais do que os 10% mais pobres em 2007. Em 1998, a elite econômica ganhava 7,3 vezes mais do que os mais pobres.

O comunicado prevê ainda que a China "participe ativamente" na governança econômica mundial e na cooperação regional, além de "abrir mais para o mundo e melhorar a sua estrutura de comércio exterior".

O plano quinquenal ainda está em sua fase preliminar, sem números estabelecidos para os objetivos. Até fevereiro, ficará pronta a versão completa.

(Folha de S. Paulo, 19 de outubro de 2010)

05. A ideia que se verifica na estrutura do 5º parágrafo do texto II é de

- a) concessão
- b) reiteração
- c) conclusão
- d) explicação
- e) alternância

06. Em "enquanto este enfatiza a criação de riqueza para a população" (4º parágrafo), o vocábulo destacado desempenha um importante papel para a construção da coesão textual, referindo-se a/ao

- a) grande diferença
- b) planos anteriores
- c) Yang Weiming
- d) décimo segundo plano quinquenal
- e) país rico

07. Do ponto de vista da coerência, a relação existente entre o 5º e o 6º parágrafos pode ser interpretada

- a) como uma ressalva
- b) como uma comprovação
- c) como uma exemplificação
- d) como uma descrição
- e) como uma contraposição

08. Em relação ao trecho "Apesar do elevado crescimento das últimas três décadas ter tirado 500 milhões de pessoas da pobreza [...]", pode-se afirmar que

- a) apresenta um sentido adversativo em relação à informação que virá.
- b) "da pobreza" desempenha a função de adjunto adverbial de lugar
- c) a junção da preposição "de" com o artigo "o" precisa ser desfeita para a correção gramatical.
- d) "de pessoas" funciona como complemento verbal da forma "ter tirado".
- e) está gramaticalmente correta.

09. As aspas foram utilizadas no texto II

- a) para dar ênfase a trechos relevantes
- b) para sinalizar o emprego de linguagem conotativa
- c) para marcar afirmações não autorais
- d) para indicar neologismos
- e) para demarcar trechos opinativos

10. De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, o sinal grave indicativo da crase deve ser empregado na palavra destacada em:

- a) A partir de hoje, todas as publicações terão de ser analisadas antecipadamente.
- b) Era difícil ir a uma comemoração distante de minha casa.
- c) Em meio a sociedade capitalista, o importante é ter ou parecer ter.
- d) Os cuidados em relação a doenças transmissíveis devem ser os mesmos.
- e) Deram ordem para que o relatório fosse entregue a mim.

11. Considere o texto a seguir:

I - João tanto gosta de estudar quanto gosta de trabalhar

II - Como choveu, fui trabalhar de carro.

As expressões em destaque em I e II expressam respectivamente

- a) adição e comparação
- b) comparação e causa
- c) adição e causa
- d) comparação e modo
- e) comparação e comparação.

12. A frase abaixo que mostra a presença do discurso indireto livre é:

- a) — Lá vem o trem! — exclamou o funcionário.
- b) Os artistas chegavam para animar o festival. Venham todos dançar. Era um momento de pura descontração.
- c) Disseram as más línguas que tudo não passava de encenação.
- d) Desacreditado, imperador disse que jamais havia presenciado tamanha ousadia e falta de sorte.
- e) Então respondeu o cavaleiro: — Com muito pesar, precisarei deixá-la só esta noite!

**LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA APLICADA AO
MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA***Tiago Zanolla*

13. A exemplo do que ocorre com as funções do Ministério Público, definidas na Constituição Federal, na Constituição Estadual e na lei orgânica, é vedação legal dos membros do Ministério Público, entre outras:

- a) velar pela regularidade e celeridade dos processos em que intervenha, não podendo devolver autos sem a prática do ato que lhe incumbia.
- b) exercer a advocacia.
- c) declarar-se suspeito ou impedido.
- d) comparecer às reuniões dos órgãos de execução que componha.
- e) acatar, no plano administrativo, as decisões dos órgãos da Administração Superior do Ministério Público.

14. Por força de expressa disposição contemplada em lei orgânica estadual, que dispõe sobre as normas gerais de organização do Ministério Público do Estado da Paraíba, além de outras providências, é considerado Órgão da Administração Superior:

- a) o Procurador-Geral de Justiça
- b) os Procuradores de Justiça
- c) a Ouvidoria
- d) os Promotores de Justiça
- e) o Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial

15. Consoante regras da Resolução CPJ n. 04/2023, promovido o arquivamento do inquérito civil, o órgão do Ministério Público deverá

- a) encaminhá-lo, em até 03 dias, à Procuradoria-Geral de Justiça.
- b) mantê-lo na sua unidade de atuação, para eventual correção pelo respectivo órgão de controle.
- c) encaminhá-lo, em até 05 dias, ao Conselho Superior do Ministério Público.
- d) encaminhá-lo, em até 03 dias, ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores.
- e) encaminhá-lo, em até 03 dias, ao Conselho Superior do Ministério Público.

16. De acordo com a Lei orgânica do MP-PB, o Procurador-Geral da Justiça.

- a) Poderá pertencer a quaisquer das carreiras do Ministério Público da União ou dos Estados.
- b) será escolhido pelo Governador do Estado, em lista tríplice elaborada pela Assembleia Legislativa.
- c) cumprirá mandato de dois anos, permitida a sua recondução sem limite de vezes.
- d) poderá ser destituído pelo Poder Legislativo, mediante proposta da maioria simples do Colégio de Procuradores.
- e) deverá ter no mínimo trinta anos de idade e cinco anos de carreira.

17. Um servidor do Ministério Público sofreu limitação em sua capacidade física, conforme verificada em inspeção médica e foi investido em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com sua limitação. De acordo com a Lei nº 10.432/2015, respeitada a habilitação, nível de escolaridade e equivalência salarial, esse servidor passou por

- a) reversão.
- b) aproveitamento.
- c) readaptação.
- d) reintegração.
- e) recondução.

18. Ao dispor sobre o regime disciplinar do servidor público, a Lei nº 10.432/2015 prevê que

- a) a censura é uma das penalidades disciplinares que podem ser aplicadas ao servidor.
- b) o servidor será apenado com suspensão, caso seja reincidente em penalidade punível com advertência.
- c) Será admitida, dentro de cinco anos, a revisão da sindicância e do processo administrativo disciplinar de que tenha resultado imposição de pena, quando a decisão se fundar em depoimento, exame ou documento falso.
- d) O recurso voluntário será interposto pelo interessado, pessoalmente, ou por seu procurador, no prazo de quinze dias, contados da intimação da decisão, por petição dirigida ao Colégio de Procuradores de Justiça, e deverá conter, desde logo, as razões do recorrente.
- e) O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, se o solicitar dentro de trinta dias da instauração do procedimento.

19. A ação disciplinar, quanto às infrações puníveis com suspensão, prescreverá em

- a) 120 dias
- b) 180 dias
- c) 2 anos
- d) 3 anos
- e) 5 anos.

20. Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de

- a) 25 horas
- b) 28 horas
- c) 30 horas
- d) 35 horas
- e) 40 horas

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO*Thállius Moraes*

21. A respeito da organização da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Depende de autorização legislativa a criação de subsidiárias de empresa pública e sociedade de economia mista, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.
- b) O Tribunal de Contas, a Defensoria Pública, o Poder Judiciário e o Ministério Público são integrantes da Administração Pública Direta.
- c) As sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado, sendo constituídas sob quaisquer modalidades societárias admitidas em direito e necessitam de lei específica que autorize sua criação.
- d) Fundamenta-se no princípio da especialidade a proibição de constituição de empresa pública com finalidade genérica.
- e) A exigência de que as entidades da Administração Pública Indireta sejam criadas ou autorizadas por lei decorrem do princípio da reserva legal.

22. Tício estacionou o seu veículo em local onde era proibido parar e estacionar. Duas horas depois, ao retornar ao local, foi informado que agentes de trânsito haviam guinchado o seu veículo para um depósito público, ante ao fato de seu carro estar impedindo a circulação de outros veículos. Diante do fato hipotético, assinale a alternativa que contém o atributo que autoriza os agentes públicos a executar diretamente suas decisões e o poder administrativo correspondente.

- a) discricionariedade; poder de polícia.
- b) coercibilidade; poder vinculado.
- c) tipicidade; poder disciplinar.
- d) autoexecutoriedade; poder de polícia.
- e) imperatividade; poder de polícia.

23. Acerca de atos administrativos, é correto afirmar que:

- a) são elementos dos atos administrativos: forma, competência, motivação, objeto e finalidade.
- b) A presunção de legitimidade e veracidade não está presente em todos os atos administrativos.
- c) O ato composto é a manifestação de vontade de dois ou mais órgão para a formação um único ato.
- d) Alguns atos podem ser praticados sem a exigência de apresentação dos motivos que ensejaram a sua prática.
- e) Todos os atos administrativos gozam de autoexecutoriedade.

24. A simples comprovação da existência do dano e do nexo causal entre este e a atividade estatal é suficiente para que o Estado tenha o dever de indenizar, não se admitindo nenhuma excludente de responsabilidade. Esse conceito refere-se à teoria

- a) do risco integral.
- b) da culpa administrativa.
- c) do risco administrativo.
- d) da culpa civil.
- e) civilista

25. De acordo com a Lei nº 14.133/2021 (Nova lei de Licitações e Contratos), não se subordina ao regime desta Lei:

- a) concessão e permissão de uso de bens públicos.
- b) contratações de tecnologia da informação e de comunicação.
- c) prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados.
- d) locação.
- e) contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos.

26. Acerca da improbidade administrativa, assinale a alternativa incorreta:

- a) As ações de improbidade não admitem a celebração de acordo de não persecução cível.
- b) Particulares também podem ser responsabilizados nos termos da lei de improbidade administrativa.
- c) A representação por um ato de improbidade pode ser feita por qualquer pessoa, desde que devidamente identificada.
- d) O sucessor do sujeito ativo de um ato de improbidade está sujeito às cominações da lei de improbidade até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
- e) A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

27. Conforme rege a Lei 9.784/99, é impedida de participar no processo administrativo a autoridade

- a) que seja amigo íntimo do cônjuge de um dos interessados.
- b) que esteja litigando judicialmente contra o irmão de um interessado.
- c) cujo sobrinho tenha atuado como perito no processo.
- d) que possua inimizado notória com um dos interessados.
- e) cujo primo seja representante de um dos interessados no processo.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

28. Em conformidade com a Constituição Federal, no que se refere aos princípios fundamentais,

- a) a República Federativa do Brasil buscará a integração social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações, sendo vedadas a integração econômica e a política.
- b) a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da proibição da concessão de asilo político.
- c) a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da intervenção.
- d) são poderes da União, dependentes entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Ministério Público.
- e) a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político

29. João e Maria, estudiosos do Direito Constitucional e odiadores do Direito Administrativo, travaram intenso debate a respeito direitos e deveres individuais e coletivos e concluíram que:

- a) É compatível com a Constituição a ideia de um direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais.
- b) Apesar da Constituição Federal trazer em seu texto a religião católica como religião oficial do Estado brasileiro, é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias, inclusive os de matriz africana.
- c) a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.
- d) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo em qualquer caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- e) É inconstitucional a lei de proteção animal que, a fim de resguardar a liberdade religiosa, permite o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana.

30. De acordo com a Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- a) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 6 anos de idade em creches e pré-escolas.
- b) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias.
- c) garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.
- d) repouso semanal remunerado, obrigatoriamente aos domingos.
- e) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cem por cento à do normal.

31. Tício, brasileiro nato, e Mévio, brasileiro naturalizado, foram acusados e condenados pela prática de um crime ocorrido na Bolívia. Diante disso, o país solicitou a extradição de Tício e Mévio ao Brasil. Levando em consideração o caso hipotético, é correto afirmar que:

- a) Tício poderá ser extraditado caso seja crime de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins ou de crimes contra a humanidade.
- b) Apenas Mévio poderá ser extraditado, desde que seja por crime comum praticado antes da naturalização ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- c) Tício e Mévio poderão ser extraditados, desde que seja por crime de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- d) Apenas Mévio poderá ser extraditado, desde que se trate de crime comum praticado depois da naturalização.
- e) Tício e Mévio não poderão ser extraditados, qualquer que seja o crime praticado, pois ambos são brasileiros, sendo indiferente ser nato ou naturalizado.

32. Considerando o texto constitucional de 1988, quanto à Organização político-administrativa, analise os itens abaixo:

- I. Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei ordinária.
- II. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
- III. A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

Analise os itens acima e assinale:

- a) se somente o item I estiver correto.
- b) se somente o item II estiver correto.
- c) se somente o item III estiver correto.
- d) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- e) se somente os itens II e III estiverem corretos.

33. O Tribunal de Justiça do Estado Beta, ao julgar recurso de apelação, julgou válida lei local que fora contestada em face de lei federal. Nesse caso, exauridas as instâncias ordinárias e preenchidos os demais requisitos exigidos, o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado Beta é suscetível de ser impugnado mediante:

- a) reclamação, a ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal;
- b) recurso ordinário, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- c) recurso especial, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- d) recurso extraordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal;
- e) recurso ordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

34. De acordo com as disposições constitucionais sobre as funções essenciais à Justiça, assinale a assertiva correta.

- a) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.
- b) A Advocacia-Geral da União é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita.
- c) Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, não havendo, contudo, qualquer previsão acerca de sua autonomia funcional.
- d) É função institucional da Advocacia-Geral da União defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- e) Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe ao Ministério Público Federal, observado o disposto em lei.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

35. Em relação à Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942, com a redação da Lei nº 12.376/2010) é INCORRETO afirmar que:

- a) quando o casamento for realizado no Brasil, será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração.
- b) quando a sucessão incidir sobre bens de estrangeiro residente, em vida, fora do Brasil, será aplicada a lei do país de domicílio do defunto, quando esta for mais favorável ao cônjuge e aos filhos brasileiros, mesmo que todos os bens estejam localizados no Brasil.
- c) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga, mas modifica a lei anterior.
- d) tendo os nubentes domicílio diverso, regerá os casos de invalidade do matrimônio a lei do primeiro domicílio conjugal.
- e) as correções a texto de lei já em vigor serão consideradas lei nova.

36. São responsáveis pela reparação civil:

- a) os pais, pelos filhos menores ainda que não estejam sob sua autoridade e em sua companhia, sendo a responsabilidade objetiva.
- b) os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, exceto para fins de educação, pelos seus hóspedes e moradores.
- c) o tutor e o curador não são responsáveis pelos pupilos e curatelados, uma vez que a responsabilidade objetiva somente se aplica aos pais.
- d) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- e) Apenas o causador do dano.

37. Assinale a alternativa correta.

- a) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 anos e os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- b) O art. 1º do CC/02 diz que toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil. Essa capacidade é uma capacidade de fato. Toda pessoa tem essa capacidade.
- c) Segundo a maioria da doutrina e a jurisprudência do STJ, o ordenamento jurídico brasileiro adotou a teoria concepcionista para o início da personalidade jurídica da pessoa humana.
- d) Com a emancipação, o menor deixa de ser incapaz, passando a ser capaz, e deixando de ser considerado menor.
- e) A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão provisória.

38. Otávio, está na posse de um imóvel urbano, de 230 metros quadrados, há seis anos, sem que tenha havido qualquer oposição. Por ter o imóvel como se seu fosse, e não possuir nenhum outro, Otávio pretender propor ação de usucapião. Com base no caso, assinale a afirmativa correta.

- a) Otávio não poderá usucapir o imóvel, pois a lei determina que o imóvel deve ter no máximo 200 metros quadrados.
- b) Otávio não poderá requer a usucapião, pois a lei exige que a posse tenha se dado por no mínimo 15 anos em todos os casos.
- c) Otávio só poderá adquirir a posse do imóvel após 10 anos, desde que a posse seja de boa-fé.
- d) Otávio poderá adquirir a propriedade do referido imóvel, com base na usucapião especial urbana.
- e) Otávio poderá adquirir a propriedade do referido imóvel, com base na usucapião familiar.

39. A recarga de uma caneta Montblanc, de propriedade do professor Carlos, herdada de seu avô, pertencente a uma edição única e limitada lançada em 1985, é classificada como bem:

- a) infungível, inconsumível, singular e principal.
- b) infungível, consumível, singular e acessório.
- c) fungível, inconsumível, coletivo e acessório.
- d) fungível, consumível, coletivo e principal.
- e) infungível, inconsumível, singular e acessório.

40. É nulo o negócio jurídico quando

- a) celebrado por pessoa absolutamente incapaz, não revestir a forma prescrita em lei ou for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.
- b) celebrado por pessoa relativamente incapaz, for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto ou tiver por objetivo fraudar lei imperativa.
- c) simulado, por vício resultante de erro ou a lei taxativamente o declarar nulo, ou proibir-lhe a prática, sem cominar sanção.
- d) o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito, por fraude contra credores ou for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto;
- e) por ter sido realizado com dolo.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

41. Em relação a publicidade e o segredo de justiça nos atos processuais, assinale a alternativa correta:

- a) Tramitam em segredo de justiça os processos em que o exija interesse privado.
- b) Aplica-se o segredo de justiça aos processos que versem sobre alimentos e guarda de crianças e adolescentes, mas não aos sobre casamento e união estável.
- c) Tramitam em segredo de justiça os processos em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à liberdade.
- d) O direito de consultar os autos de processo que tramite em segredo de justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes e aos seus procuradores.
- e) O terceiro, com ou sem interesse jurídico, pode requerer ao juiz certidão do dispositivo da sentença, bem como de inventário e de partilha resultantes de divórcio ou separação.

42. Sobre as normas fundamentais do Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao Ministério Público zelar pelo efetivo contraditório.
- b) Jamais se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.
- c) O juiz pode decidir com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, quando se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- d) Os juízes e os tribunais atenderão, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- e) Nos casos de segredo de justiça, pode ser autorizada a presença somente das partes, de seus advogados, de defensores públicos ou do Ministério Público.

43. Sobre o cumprimento de sentença previsto no CPC, em relação a sentença que condenar o réu ao pagamento de prestação consistente em dinheiro e a que determinar a conversão de prestação de fazer, de não fazer ou de dar coisa em prestação pecuniária, valerão como título constitutivo de hipoteca judiciária. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) não valerão como título constitutivo de hipoteca judiciária a sentença impugnada por recurso dotado de efeito suspensivo.
- b) A hipoteca judiciária deverá ser realizada mediante apresentação de mandado de inscrição a ser averbado perante o cartório de registro imobiliário.
- c) no prazo de até 15 (quinze) dias da data de sua realização, a parte que dela se beneficiou informá-la-á ao juízo da causa, que determinará a intimação da outra parte para que tome ciência do ato.
- d) uma vez constituída, implicada para o credor hipotecário, o direito de resiliência, quanto ao pagamento, em relação a outros credores.
- e) sobrevindo invalidação da sentença que impôs o pagamento de quantia, a parte que a requereu responderá, caso demonstrada a sua culpa, pelos danos que a outra parte tiver sofrido.

44. A respeito do juiz, do ministério público, dos auxiliares da justiça, das partes e dos procuradores previstos no código de processo civil, assinale a alternativa correta:

- a) O incapaz será sempre representado por seus pais, por tutor ou por curador, na forma da lei.
- b) Independentemente do regime de bens, o cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário.
- c) Será apresentada em juízo, ativa e passivamente a pessoa jurídica estrangeira, por quem os respectivos atos constitutivos designarem ou, não havendo essa designação, por seus diretores.
- d) De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a dez por cento e inferior a vinte por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.
- e) O autor, brasileiro ou estrangeiro, que residir fora do Brasil ou deixar de residir no país ao longo da tramitação de processo prestará caução suficiente ao pagamento das custas e dos honorários de advogado da parte contrária nas ações que propuser, se não tiver no Brasil bens imóveis que lhes assegurem o pagamento.

45. Sobre o cumprimento de sentença da em face da Fazenda Pública, assinale a alternativa correta:

- a) far-se-á a intimação desta na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico para, no prazo de trinta dias, pagar a quantia constante do título judicial, sob pena de, em não o fazendo, incidir em multa de dez por cento do valor em execução.
- b) serão devidos honorários quando houver a expedição de precatório, mesmo que não tenha havido impugnação.
- c) cabe a esta, quando alegar excesso de execução, declarar de imediato o valor que reputa correto, sob pena de não conhecimento da arguição.
- d) a Fazenda Pública não poderá, na impugnação ao cumprimento de sentença, arguir a incompetência relativa do juízo da execução.
- e) No cumprimento de sentença que impuser à Fazenda Pública o dever de pagar quantia certa, havendo pluralidade de exequentes, cada um deverá apresentar o seu próprio demonstrativo, mas o juiz não poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes.

46. Em relação ao procedimento especial da Lei 7.347/85 (Ação Civil Pública), assinale a alternativa correta:

- a) A ação civil não poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
- b) Tem legitimidade para propor a ação civil pública a associação que, esteja constituída há pelo menos 2 (dois) anos nos termos da lei civil e inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- c) A sentença de mérito, que julga direitos coletivos, faz coisa julgada erga omnes, mesmo quando improcedente o pedido por insuficiência de provas.
- d) Na lei de ação civil pública há previsão de conversão da condenação para um Fundo de Direitos Difusos.
- e) Em caso de litigância de má-fé, a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação serão subsidiariamente condenados em honorários advocatícios e ao décuplo das custas, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Priscila Silveira

47. Com relação à pena de multa elencada no Código Penal, considere as seguintes assertivas e assinale a alternativa correta:

- a) Na hipótese de concurso de crimes, sua aplicação segue as regras do concurso material.
- b) A situação econômica do réu não é critério para sua fixação, devendo levar em consideração apenas a gravidade do crime.
- c) A prescrição dar-se-á em 2 (dois) anos, quando for a única cominada ou aplicada.
- d) Será calculada, no mínimo, de 10 (dez) e, no máximo, de 360 (trezentos e sessenta) dias-multa e destinada ao ofendido ou aos seus sucessores da quantia fixada na sentença.
- e) Deve ser paga dentro de 30 (trinta) dias depois de transitada em julgado a sentença condenatória.

48. Assinale a alternativa que reúne, exclusivamente, os crimes próprios cometidos por funcionário público contra a Administração Pública.

- a) prevaricação, concussão, corrupção passiva e usurpação de função pública.
- b) peculato, excesso de exação, falsificação de documento público e corrupção ativa.
- c) desacato, peculato culposo, corrupção ativa e prevaricação.
- d) facilitação de contrabando ou descaminho, advocacia administrativa, peculato e tráfico de influência.
- e) prevaricação, abandono de função, concussão e modificação não autorizada de sistema de informações.

49. Configura crime de falsidade ideológica tipificado no artigo 299 do Código Penal:

- a) omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.
- b) atestar ou certificar falsamente fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público.
- c) falsificar, em documento particular, declaração que dele devia constar.
- d) inserir ou fazer inserir na folha de pagamento ou em documento de informações que seja destinado a fazer prova perante a previdência social, pessoa que não possua a qualidade de segurado obrigatório;
- e) falsificar, no todo ou em parte, documento particular ou alterar documento particular verdadeiro.

50. No que tange ao concurso de pessoas e segundo disposições preceituadas no Código Penal, é correto afirmar que

- a) não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, mesmo quando elementares do crime.
- b) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, independentemente se quis participar de crime menos grave
- c) o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime, apesar de iniciada a execução, não chega a ser exaurido.
- d) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
- e) se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.

51. A respeito da imputabilidade penal, assinale a opção correta.

- a) O juiz pode aplicar o perdão, se o agente, por embriaguez proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuir, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- b) Os menores de vinte e um anos de idade são penalmente inimputáveis, estando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.
- c) É isento de pena o agente que, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não seja inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- d) Excluem a imputabilidade penal a emoção, a paixão e a embriaguez culposa pelo álcool ou substância de efeitos análogos.
- e) É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, tenha sido, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

52. Joaquim, Investigador da Polícia Civil da Paraíba, efetua legalmente a prisão do acusado Manoel em virtude da prática de diversos crimes de furto, e encontra com o detido diversas joias, que sabidamente são produto de crime. Joaquim então toma algumas das joias para si, e delas se apodera definitivamente, deixando de apresentá-las à autoridade policial competente. A conduta descrita amolda-se ao tipo penal do crime de

- a) peculato.
- b) receptação.
- c) apropriação indébita.
- d) prevaricação.
- e) furto.

53. Acerca dos crimes contra a administração públicas, assinale a opção correta.

- a) No crime de corrupção passiva, a pena será diminuída se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retardar ou deixar de praticar qualquer ato de ofício, pois tal fato já constitui elementar do crime.
- b) O delegado de polícia que deixa de instaurar Inquérito Policial para satisfazer interesse pessoal comete o crime de corrupção passiva privilegiada.
- c) O agente que dá causa à instauração de investigação policial contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente, pratica o crime de comunicação falsa de crime.
- d) Nas hipóteses de peculato-desvio e peculato-apropriação, a reparação do dano pelo agente público, se precedente a sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; sendo-lhe posterior, reduz de metade a pena.
- e) A testemunha que faz afirmação falsa durante o Inquérito Policial comete o crime de falso testemunho, e o fato deixa de ser punível se o agente declara a verdade antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

54. Assinale a alternativa que apresenta uma situação que NÃO configura impedimento ao oferecimento de proposta de acordo de não persecução penal:

- a) Tratar-se de crime cometido com grave ameaça, desde que a pena mínima seja inferior a 04 anos
- b) Ter sido o agente beneficiado nos 05 anos anteriores ao cometimento da infração, com o benefício da transação penal
- c) Ter sido o agente beneficiado nos 05 anos anteriores ao cometimento da infração, em acordo de não persecução penal.
- d) Tratar-se de crime doloso praticado contra mulher
- e) Se for cabível a transação penal

55. Matilda foi vítima de crime de ação penal pública condicionada à representação, praticado por Adam. Quatro meses após tomar conhecimento de que o infrator teria sido Adam, Matilda compareceu à delegacia de polícia e, verbalmente, ofereceu representação, autorizando a persecução penal.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) A representação oferecida será retratável até o recebimento da denúncia.
- b) Se o indiciado estiver preso, o Ministério Público terá o prazo de 15 dias para oferecer a denúncia, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial.
- c) Se tivesse havido o óbito de Matilda, qualquer parente consanguíneo ou por afinidade até terceiro grau poderia ter oferecido a representação.
- d) A representação verbalmente oferecida não preenche os requisitos legais.
- e) A representação oferecida será irretratável após o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público.

56. Mauro praticou crime de omissão de socorro (detenção, de um a seis meses, ou multa), já tendo sido beneficiado, há 06 anos, com acordo de transação penal; Thiago praticou crime de apropriação indébita (reclusão, de um a quatro anos, e multa), sendo primário, de bons antecedentes e nunca tendo recebido qualquer benefício processual anteriormente.

Nessa hipótese, é correto afirmar que:

- a) A transação penal e a suspensão condicional do processo são cabíveis para ambos
- b) A transação penal é cabível para Mauro, mas não para Thiago
- c) A transação penal é cabível para Thiago, mas não para Mauro
- d) A suspensão condicional do processo é cabível para Mauro, mas não para Thiago
- e) A suspensão condicional do processo é cabível para Thiago, mas não para Mauro

57. Em determinado processo criminal no qual Casimiro é réu pela suposta prática do crime de furto qualificado (pena: reclusão de dois a oito anos, e multa), a defesa requereu ao Juízo o reconhecimento da extinção da punibilidade, sob o argumento de que teria ocorrido a prescrição. O Juízo, porém, indeferiu o pedido.

Inconformada, a defesa de Casimiro deverá interpor:

- a) recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 02 dias
- b) recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 08 dias
- c) recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 02 dias
- d) recurso de apelação, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 08 dias
- e) recurso de apelação, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 02 dias

58. Vanderlei foi denunciado pelo MP-PB pela suposta prática do crime de resistência simples (pena: detenção, de dois meses a dois anos.). Entendendo que não havia justa causa, o Juiz do competente Juizado Especial Criminal rejeitou a inicial acusatória.

Em face de tal decisão será cabível a interposição de:

- a) recurso de apelação, no prazo de 05 dias
- b) agravo em execução, no prazo de 05 dias
- c) recurso de apelação, no prazo de 10 dias
- d) recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias
- e) recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias

59. Janderson foi denunciado perante o Juizado Especial Criminal de João Pessoa-PB pela suposta prática do crime de desobediência. Janderson, porém, não foi encontrado no endereço indicado na inicial acusatória, tendo o Oficial de Justiça certificado que o réu se encontra em local incerto e não sabido, conforme informações obtidas com vizinhos e com o porteiro do prédio.

Nessa situação hipotética,

- a) deverá ser determinada sua citação por edital, com prazo de 15 dias
- b) deverá ser determinada sua citação por edital, com prazo de 10 dias
- c) deverá ser determinada sua citação por hora certa
- d) O processo deverá ser encaminhado ao juízo comum, onde será adotado o rito previsto em lei
- e) deverá ser determinada sua citação por carta com aviso de recebimento

60. Bernardo foi denunciado pela suposta prática do crime de estupro contra a vítima Brenda. Segundo narra a denúncia, Bernardo teria mantido relação sexual não consentida com a vítima, mediante grave ameaça. O exame de corpo de delito não foi realizado durante a fase de investigação criminal, por entender o delegado de polícia que tal providência seria dispensável ante a confissão de Bernardo. No curso do processo, a única testemunha, Nathália, afirmou ter visto Bernardo manter relação sexual aparentemente não consentida com a vítima Brenda.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- a) A prova testemunhal, nesse caso, é suficiente, já que é dispensável o exame de corpo de delito quando há confissão do acusado.
 - b) O exame de corpo de delito é indispensável mesmo tendo Bernardo confessado a prática do crime.
 - c) O crime de estupro não exige a realização do exame de corpo de delito para a comprovação da materialidade.
 - d) Ainda que o exame de corpo de delito não pudesse ter sido realizado pelo desaparecimento dos vestígios, a prova testemunhal não poderia suprir-lhe a falta.
 - e) O exame de corpo de delito deveria ter sido realizado por dois peritos oficiais.
-

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
